

Joilson Pereira da Silva
André Faro
Elder Cerqueira-Santos
Organizadores

Psicologia e Adolescência

Gênero, Violência e Saúde



Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Editora CRV
Revisão: Maria Teresa Lacerda Menezes Coelho
e Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

P974

Psicologia e adolescência: gênero, violência e saúde / Joilson Pereira da Silva, André Faro, Elder Cerqueira-Santos (organizadores) – Curitiba : CRV, 2018.
308 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-444-2984-6
DOI 10.24824/978854442984.6

1. Psicologia 2. Gênero 3. Violência 4. Saúde I. Silva, Joilson Pereira da. org. II. Faro, André. org. III. Cerqueira-Santos, Elder. org. IV. Título V. Série.

CDU 159.92

CDD 155.5

Índice para catálogo sistemático
1. Psicologia e adolescência 155.5

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2018

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV
Tel.: (41) 3039-6418 – E-mail: sac@editoracrv.com.br
Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrv.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
<i>Joilson Pereira da Silva</i>	
<i>André Faro</i>	
<i>Elder Cerqueira-Santos</i>	

PREFÁCIO.....	15
<i>José Leon Crochick</i>	

PARTE I ADOLESCÊNCIA, GÊNERO E VIOLÊNCIA

CAPÍTULO 1 ADOLESCÊNCIA, GÊNERO E VIOLÊNCIA.....	23
<i>Maria Alves de Toledo Bruns</i>	
<i>João Paulo Zerbinati</i>	

CAPÍTULO 2 IGUALDAD, RELACIONES DE PAREJA, ADOLESCENCIA Y VIOLENCIA: ¿cuáles son los puntos de unión?.....	37
<i>Marisa Vázquez Martínez</i>	
<i>Leonor M. Cantera Espinosa</i>	
<i>Joilson Pereira da Silva</i>	

CAPÍTULO 3 RELACIONAMENTOS AFETIVOS DE ADOLESCENTES: uma reflexão a partir das representações sociais da violência contra a mulher.....	59
<i>Ana Márcia de Almeida Rezende</i>	
<i>Joilson Pereira da Silva</i>	

CAPÍTULO 4 ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E A BUSCA DE SENTIDO PARA A VIDA.....	81
<i>Uêgylla Keitilly Mauricio da Silva</i>	
<i>Thiago A. Avellar de Aquino</i>	

CAPÍTULO 5 JUVENTUDE, GÊNERO E SEXUALIDADE: reflexões sobre a inserção da psicologia neste campo.....	95
<i>Alice Abadi</i>	
<i>Nathália Lobo</i>	

CAPÍTULO 6 SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE ADOLESCENTES E DE JOVENS UNIVERSITÁRIOS	117
<i>Laísa Rodrigues Moreira</i> <i>Simone dos Santos Paludo</i>	

CAPÍTULO 7 ADOLESCÊNCIA, HOMOSSEXUALIDADE E ESTRESSE DE MINORIA	133
<i>Priscila Lawrenz</i> <i>Luísa Fernanda Habigzang</i>	

CAPÍTULO 8 A SOCIALIZAÇÃO DA SEXUALIDADE E AS JUVENTUDES	149
<i>Elder Cerqueira-Santos</i> <i>Mozer de Miranda Ramos</i>	

PARTE II
ADOLESCÊNCIA, PSICOLOGIA E SAÚDE

CAPÍTULO 9 PSICOLOGIA DA SAÚDE DO ADOLESCENTE E OS MECANISMOS PSICOLÓGICOS DE ADAPTAÇÃO	165
<i>André Faro</i> <i>Ariane de Brito S. Kluge</i>	

CAPÍTULO 10 CONDUTAS AUTOLESIVAS NA ADOLESCÊNCIA: aspectos conceituais e de gênero	187
<i>Luana Cristina Silva Santos</i> <i>André Faro</i>	

CAPÍTULO 11 IDENTIFICAÇÃO DE TRANSTORNOS MENTAIS E ENCAMINHAMENTOS EM SAÚDE MENTAL NA ADOLESCÊNCIA	209
<i>Diogo Araújo de Sousa</i> <i>José Agnaldo dos Santos Júnior</i> <i>Edilaine Matos</i> <i>Wislá Alves</i> <i>André Luiz Moreno</i>	

CAPÍTULO 12 ADOLESCÊNCIA E DROGAS: reflexões sobre o tema	229
<i>Silvana Carneiro Maciel</i> <i>Betânia Maria Oliveira de Amorim</i>	

CAPÍTULO 13	
O ADOLESCENTE ENFERMO:	
uma perspectiva da psicologia da saúde	251
<i>Walter Lisboa Oliveira</i>	
<i>Avelino Luiz Rodrigues</i>	
CAPÍTULO 14	
DA TOMADA DE DECISÃO AO DIÁLOGO ENTRE	
ADOLESCENTES E PAIS PARA A VACINAÇÃO CONTRA	
O PAPILOMA VÍRUS HUMANO (HPV):	
examinando conhecimentos, atitudes e implicações	
para resultados futuros relacionados ao câncer.....	275
<i>Derek Falk</i>	
SOBRE OS ORGANIZADORES.....	299
SOBRE OS AUTORES.....	301

CAPÍTULO 1

Adolescência, Gênero e Violência

Maria Alves de Toledo Bruns¹

João Paulo Zerbinati²

A proposta deste capítulo é convidar o/a leitor/a para uma reflexão crítica e abrangente acerca da indagação: Que fenômeno é este, a adolescência, bem como identificar os diversos olhares de autores/as acerca da violência sexual e de gênero no cenário contemporâneo.

A fim de compreender o indigesto fenômeno que constitui a violência sexual e de gênero na adolescência apresentaremos nossa elaboração tal como uma viagem, cujos roteiros são demarcados por paragens singulares acerca de vivências e relações construídas com familiares, parceiros afetivos e sexuais, e demais grupos sociais.

Desta perspectiva, situaremos, inicialmente, o fenômeno da adolescência e, em seguida, apresentaremos os diversos olhares de autores/as acerca da violência sexual e de gênero na adolescência no cenário contemporâneo. Partimos da premissa de que a violência sexual e de gênero é um fenômeno complexo que envolve a qualidade das relações intra, inter e extrafamiliares: a escola, abrangendo o ensino infantil, fundamental, médio e o universitário; a mídia em todas as suas modalidades, incluindo as recentes redes sociais; as instituições religiosas em todas as suas manifestações de religiosidade; organizações sociais e associações esportivas e seus compromissos, e possíveis diálogos com as crianças e adolescentes. Isto sem falarmos do lugar que as políticas de saúde pública brasileira deveriam ocupar no cenário contemporâneo. Trata-se de um fenômeno político e multidisciplinar.

¹ Docente e pesquisadora credenciada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP-Ribeirão Preto e no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Araraquara. Líder do Grupo de Pesquisa SexualidadeVida-USP/CNPq. E-mail: toledobrun@uol.com.br. Site: www.sexualidadevida.com.br

² Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da UNESP-Araraquara. Membro do Grupo de Pesquisa SexualidadeVida-USP/CNPq. E-mail: joaopaulozerbinati@hotmail.com

Primeira paragem: que fenómeno é este, a adolescência?

Cada sociedade cria seus rituais de passagens em acordo com sua estrutura política, social, econômica, cultural, grau de desenvolvimento tecnológico, bem como de acordo com a qualidade de seus serviços de políticas educacionais e de saúde pública. A temporalidade da adolescência é um fenómeno cultural, biológico e psicológico que se inicia com o término da infância, momento em que o corpo humano vai adquirindo novos contornos desencadeados pela dança de hormônios, crescimento e desenvolvimento físico, psíquico, motor, cognitivo, social, entre outras mudanças.

Nos dizeres de Nasio (2011, p.14), “a adolescência é sinónimo de advento de corpo maduro, sexuado, doravante capaz de procriar”. Este momento de transformações físicas e hormonais no desenvolvimento humano aparece em Zimerman (2004, p.357), como:

Certa confusão pela perda do que lhe é conhecido e tão familiar, pela angústia devido ao surgimento do desconhecido, a ambiguidade na passagem da identidade da criança para a de adulto, a sua autoimagem – corporal e psicológica – sofrendo novas representações e significações. Paralelamente aos muitos ganhos, também existe um luto pelas perdas inevitáveis (p.357).

Neste sentido, voltando a Nasio (2011, p.31): “a adolescência é, ao mesmo tempo, uma histeria e um luto necessário para se tornar adulto”. Um momento importante para ser compreendido, acolhido e protegido, pois leva o indivíduo rumo à autonomia e a maiores condições de independência.

Para a Organização Mundial da Saúde (2014b), a adolescência está delimitada à segunda década do existir humano, dos dez aos dezenove anos. Enquanto que para o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2015, p.11), a adolescência é uma etapa no desenvolvimento humano entre os doze e dezoito anos de idade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, criado pela Lei nº 8069 de 13 de julho de 1990, além de adotar o critério cronológico para nomear a adolescência, dispõe a “Lei sobre a proteção integral sobre a criança e o adolescente” e especifica em seu artigo 3º que:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 2015, p.11).

A Organização Mundial de Saúde (2014a; 2014b) inclui o conceito de juventude, como o período compreendido entre os quinze e vinte e quatro anos. Há ainda o termo jovem adultos, relativo ao período compreendido entre os vinte e vinte e quatro anos. Ambos elegem o critério cronológico para identificar a adolescência em razão da praticidade que objetiva a identificação de requisitos para orientação e investigação epidemiológica, estratégias de elaboração e manutenção de políticas de desenvolvimento social e programações de serviços sociais.

As instâncias normativas sobre a adolescência são dissonantes quando se trata de caracterizar esta fase da vida humana. Isto porque tais instâncias ignoram as características individuais dos adolescentes, assim como classes sociais e região geográfica a que pertencem, se a equipe pedagógica da escola tem projetos perenes com a comunidade sobre família, a saúde, educação e o trabalho, além de desconsiderarem outro aspecto de máxima importância, aquele que diz respeito ao grau de escolaridade familiar e ao envolvimento da família com a escola.

No cenário contemporâneo, nota-se grande transformação na imperativa matriz de sentido que pretende definir a adolescência, matriz que vem revelando sua mutável e dinâmica transformação no decorrer de séculos, afinal, somos sujeitos em trânsito, como dizia Heráclito (544-480 a.C.) e “nada existe de permanente a não ser a mudança”.

A família nuclear, por exemplo, ancorada no paradigma patriarcal foi, no decorrer de séculos, abalroada em suas estruturas hierárquicas cuja autoridade era centrada no poder que o pai ocupava ditando normas morais e papéis sociais e sexuais aos filhos/as e a esposa. A obediência era seguida sem nenhum questionamento. A esposa desconhecia a possibilidade de escolher até mesmo as mínimas coisas como o corte do cabelo e a cor do batom, esmalte vermelho nunca, esse era a cor preferida de prostitutas. Filhos/as seguiam calados/as as ordens do

patriarca e qualquer transgressão os levava a castigos físicos, psicológicos e sociais, considerados excelentes, necessários e oportunos pela pedagogia corretiva que era praticada não só no espaço privado do lar com pelo sistema escolar.

A regra era compreendida como a promessa de uma sociedade civilizada. O sonho de uma sociedade ordenada, entretanto, acabou produzindo uma ambivalência, como expressa Bauman (1999): “a ordem e a ambivalência são igualmente produtos da prática moderna; e nenhuma das duas tem nada exceto a prática moderna - a prática contínua, vigilante – para sustentá-la. Ambas partilham da contingência e da falta de fundamento do ser” (p.23).

O trânsito da história econômica e política foi dissolvendo as tradições e os sentidos simbólicos do patriarcado, levando à fluidez dos padrões e rotinas na sociedade contemporânea, como aborda Bauman (2004). Este processo foi acelerado pelo desenvolvimento científico, que permitiu que a mulher pudesse controlar sua capacidade reprodutora, e o acesso à educação, que promoveu condições para que a mulher pudesse sair do seu espaço privado – o lar – e passasse a atuar no espaço social do trabalho. Não nos cabe demarcar juízo de valores às relações contemporâneas, apenas compreender e retirar de sua nova expressão a possibilidade para uma vivência humana inclusiva, ética e emancipatória.

A mudança no ambiente político e social repercute novos modos de existência e subjetivação. O *ethos* contemporâneo, demarcado pela revolução do poder da escolha, ou seja, focado na individualidade, criou uma nova concepção das relações familiares e novos arranjos familiares que assim se identificam: famílias homossexuais, heterossexuais, reconstruídas, monoparentais, comunitárias adotivas, entre outras.

Novos estilos de convivência conjugal e de papéis sociais e de gênero são redesenhados em acordo com o tipo de família. Ousamos dizer que em cada matriz familiar deste mosaico há também um modo singular de ser adolescente. Um modo singular de existir e ocupar novos lugares no seio da estrutura familiar.

Segunda paragem: violência sexual e de gênero no cenário contemporâneo

Em relação à violência sexual e de gênero, consideramos este um fenômeno complexo que envolve a qualidade das relações intra e extrafamiliares. A violência

de gênero e sexual é um fenômeno multidisciplinar de saúde pública, que clama por debates e projetos interdisciplinares.

Segundo a última versão do Mapa da Violência em Crianças e Adolescentes (Waiselfisz, 2012), um total de 10.425 crianças e adolescentes foram vítimas de violência sexual. A grande maioria do sexo feminino (83,2%). Tais números equivalem a 16,4 atendimentos para cada 100 mil crianças e adolescentes, com maior incidência de atendimentos registrados na faixa entre dez e catorze anos, com uma taxa de 23,8 notificações para cada 100 mil adolescentes.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (2014b), em 2012 mais de um milhão de adolescentes morreram a partir de problemas relacionadas à violência. As lesões estão entre as principais causas de mortalidade e morbidade entre adolescentes, com destaque para lesões físicas e psicológicas relacionadas à violência de gênero ou sexual. Quase 30% das mulheres com idades entre quinze e dezenove anos sofreram violência por parte de seus parceiros, não apenas violência física, mas também psicológicas que podem levar a problemas de saúde imediatos e também ao longo da vida.

A violência é definida pela Organização Mundial da Saúde (2014a) como:

O uso intencional de força física ou poder, real ou como ameaça contra si próprio, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tem grande probabilidade de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, desenvolvimento prejudicado ou privação (p.2).

No entanto, apesar dos dados de informação, a investigação acerca da articulação entre gênero e violência sexual na adolescência é tema pouco abordado em estudos, até mesmo no âmbito internacional. Gênero é um conceito praticamente inexistente no Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 2015), a violência de gênero é silenciada, negligenciada, omitida por todos, em nível teórico, científico, institucional e social.

De qualquer forma, concentramos nossa atenção na revisão bibliográfica sistemática com a finalidade de conhecer a produção científica de outros pesquisadores que tenham disponibilizado seus artigos entre o período de 2012 a 2017 acerca da adolescência, gênero e violência no cenário contemporâneo.

A revisão sistemática, através da orientação metodológica de Uman (2011), garante-nos o rigor científico e permite-nos elucidar o fenômeno a ser desvelado. Para a realização de tal intento, a revisão foi realizada através de uma busca abrangendo dois grandes bancos de dados eletrônicos que contemplam extensa literatura: *SciELO* e *Bireme*. Foi utilizado o descritor “Adolescência” combinado com os descritores “Sexualidade” ou “Gênero” e “Violência”.

Os critérios de inclusão foram: (1) todos os artigos completos disponíveis; (2) publicados nos últimos cinco anos; e (3) nacionais. Foram excluídos os artigos não relacionados à temática e os duplicados.

Obteve-se, ao final, uma amostra de 13 artigos que foram categorizados a partir de seus principais eixos temáticos: (1) Horizontes – Violência sexual e de gênero no contexto familiar; (2) Horizontes – A violência sexual e de gênero por parceiros íntimos; e (3) Horizontes – Violência sexual e de gênero na prática profissional.

Horizontes da violência sexual e de gênero no contexto familiar

A violência sexual aparece na revisão de Braga e Dell’Aglio (2013), como um dos fatores de risco para o suicídio na adolescência. A presença de abuso físico ou sexual, assim como negligência familiar, exposição à violência intrafamiliar, transtornos de humor e personalidade, uso de álcool e outras drogas, oposição familiar a relacionamentos sexuais, baixa autoestima, entre outros, foram fatores apontados como fatores de risco ao suicídio na adolescência.

O estudo de Silva e Dell’Aglio (2016) investigou as relações entre a exposição à violência nos contextos intrafamiliares (violência perpetrada por alguém que mantém vínculos significativos com a vítima), e extrafamiliares (o agressor não pertence ao âmbito das relações familiares), e bem-estar subjetivo. Seus resultados indicaram maior exposição à violência intrafamiliar entre meninas e maior exposição à violência extrafamiliar entre meninos. As autoras sugerem que a diferença na exposição à violência pode estar ligada aos papéis de gênero.

A diferença, quanto ao gênero, da vítima de violência sexual no contexto familiar foi também observada na pesquisa de Relva, Fernandes, Alarcão e Martins (2014). Em uma investigação com irmãos, os autores encontraram comportamentos de coerção sexual mais frequentemente perpetrados pelos meninos, assim como as experiências de vitimização sexual, corroborando com a “síndrome do vampiro”, um

padrão intergeracional de abuso, ou seja, “abusadores que foram eles próprios vítimas de abuso sexual pelos familiares” (p.400).

A violência familiar contra jovens LGBTs é também fator de destaque na literatura. Segundo o relatório de 2016³, do Grupo Gay da Bahia (GGB), 343 LGBTs foram assassinados no Brasil em 2016, o equivalente a uma morte a cada 25 horas, fazendo do Brasil o campeão mundial em crimes contra aqueles que reificam diversidades afetivas e sexuais. Deste geral, estima-se que 20,6% correspondiam à faixa etária inferior aos dezoito anos. Ainda segundo o relatório, o risco de um transexual ou uma travesti ser assassinada é 14 vezes maior que um gay, lésbica ou bissexual.

Muitos destes crimes acontecem na família, são crimes extremamente violentos, atos de ódio contra a expressão da identidade de gênero que destoam da norma binária ou da orientação sexual não heteronormativa. São inúmeros casos como o destacado pelo relatório de 2016, do Grupo Gay da Bahia, sobre o adolescente Itaberli Lozano que:

Foi assassinado pela própria mãe, Tatiana Lozano Pereira, numa emboscada porque era homossexual assumido; é o que afirma a advogada membro da Comissão da Diversidade Sexual OAB – SP Carolina Aram; Itaberli foi morto em dezembro de 2016 ao voltar para casa; mãe do jovem confessou à polícia em um primeiro depoimento que matou o próprio filho a facadas; “É um homicídio qualificado, hediondo e a motivação dele foi homofóbica”, disse advogada (p.2).

Algumas destas mortes acabam sendo midiaticizadas de modo espetaculoso, e, às vezes, polêmicos, ao se discutir o teor homofóbico, ou não, do crime. Entretanto, o que se evidencia e merece atenção independentemente da comprovação de crime homofóbico, é a violência das relações e, assim como discutido por Perucchi, Brandão e Vieira (2014), a rigidez dos modelos afetivos e sexuais heteronormativos, rigidez que chega a legitimar “a produção e a manutenção de diversas situações de violência no seio da família, culminando

³ Relatório disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/01/relatc3b3rio-2016-ps.pdf>

muitas vezes com a expulsão/saída da casa de origem ou a submissão a sistemáticas violências familiares” (p.74).

A instituição familiar é complexa, plural, se modifica conforme seu contexto sócio-histórico e espelha um mosaico de infinitas possibilidades como compreendem Scabello e Bruns (2004). No entanto, a função parental, independentemente da formação familiar, continua – e provavelmente continuará – sendo indispensável para o desenvolvimento físico e psicológico suficientemente bom da prole humana, assegurando sua sobrevivência, a sobrevivência da espécie humana, assim como a capacidade gradativa rumo à independência familiar.

Quando o espaço intrafamiliar é violento deixa de cumprir com seu papel vital de cuidado, acolhimento, manutenção, suporte e proteção. A violência sexual e de gênero perverte a função familiar. A violência de gênero é marca transgeracional de uma sociedade sexista e impossibilita o desenvolvimento saudável de sua prole, ao desencadear sérios problemas de ordem física, psicológica e emocional, tanto de curto quanto em longo prazo, perpetuando e naturalizando a violência de gênero e sexual para além das relações intrafamiliares.

Horizontes: violência sexual e de gênero por parceiros íntimos

Brancaglioni e Fonseca (2016) relataram que mais de 90% das adolescentes investigadas sofreram algum tipo de violência sexual por parte de seus parceiros afetivos e/ou sexuais. Para Tavares e Nery (2016), tais resultados têm relação com a hierarquização de gênero que acompanha as mulheres desde a infância e com o sexismo naturalizado socialmente.

As agressões são determinadas pela construção histórica e social do masculino e feminino, com a diferença sexual assumindo significado social e conformando diferentes padrões de agressões. Além disso, as construções de gênero também podem determinar a naturalização e a legitimação dessa violência, uma vez que os estereótipos de gênero podem ser compreendidos como parte de uma suposta natureza masculina ou feminina, e não como determinados pela construção histórica e social das relações de poder entre os sexos (Brancaglioni & Fonseca, p.953).

Tavares e Nery (2016) discutem, contudo, o momento contemporâneo em que os esquemas rígidos de dominação estão sendo tensionados, possibilitando que as mulheres possam romper com tais modelos de violência a ponto de modificar suas trajetórias de vida no que tange à violência de gênero em todos os seus matizes.

Para isso, faz-se necessário a problematização de modelos machistas e patriarcais onde a mulher, muitas vezes, é considerada como submissa à dominação masculina; neste sentido, assim como compreendem Oliveira, Assis, Njaine e Pires (2016), o ciúme foi apontado como um dos principais agentes de deflagração de conflitos e brigas, refletindo normas de gêneros tradicionais, legitimando e naturalizando a violência, e até mesmo seu romantizar como apontado no estudo de Assis (2014):

Tal naturalização e romantização da violência como “tempero” da relação amorosa pode ser facilmente identificada pela evocação dos próprios adolescentes aos trechos do cancionero popular em que representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes abordam a relação amorosa como da ordem do machismo, da confusão de papéis agressor/vítima e um de *mix* confusional de afetos amorosos e agressivos (p.240-241).

A violência no âmbito dos relacionamentos afetivos e sexuais muitas vezes é compreendida popularmente como “uma história de amor conturbada”, existe um discurso romantizado que vela o fenômeno violento e abusivo e oblitera a conscientização de sua problemática. A realidade do ciúme e de seu braço de violência encontrados no viver de tantos jovens demonstra a necessidade de que a temática da violência sexual seja discutida amplamente, tanto no âmbito profissional, quanto popular, envolvendo escolas, a família e demais instituições presentes no contexto social dos adolescentes.

É necessário que a violência de gênero seja problematizada em nível popular, discutida amplamente até o ponto da conscientização. A prevenção à violência sexual é, deste modo, apontada por Murta *et al.* (2013) e Murta *et al.* (2016), como uma estratégia eficaz para redução de atitudes violentas para resolução de conflitos nas relações íntimas.

Oliveira, Gessner, Brancaglioni, Fonseca e Egry (2016) investigaram a prevenção da violência por parceiros íntimos na adolescência e observaram que parte significativa dos estudos analisados contemplavam programas de prevenção da violência ou avaliavam comportamentos violentos e suas repercussões na saúde. Murta *et al.* (2016), a partir de uma intervenção focalizada em oferecer informações acerca da violência no namoro, papéis de gênero, direitos sexuais e reprodutivos e poder feminino, obtiveram resultados que indicavam uma redução positiva no que se refere à crença estanke sobre papéis de gênero.

O papel da mídia neste aspecto é também fundamental. A partir do século XX, os saberes acerca da sexualidade encontraram nos meios de comunicação e nas ações maciças de emissoras de TV, jornais, rádios, revistas e, mais recentemente, na internet, e nas redes sociais, mais um espaço para difundir o discurso afetivo e sexual (Reis, Ribeiro & Leão, 2016).

A mídia e as novas tecnologias de comunicação têm um importante papel na difusão de valores morais, religiosos, econômicos, afetivos e sexuais e da representação do mundo-vida dos sujeitos em seus próprios contextos situacionais, sociais e históricos, viabilizando o intercâmbio de informações (Bruns, 2016). O poder midiático é fenômeno contemporâneo que necessita ser mais bem aproveitado para a difusão de discursos acima de tudo inclusivos e emancipatórios.

Horizontes: violência sexual e de gênero na prática profissional

Pelisoli e Dell'Aglio (2016), ao investigarem a tomada de decisão de psicólogos em frente de suspeita de abuso sexual, demonstram que a probabilidade de considerar o abuso sexual como verdadeiro é mais alta na medida em que há mais características representativas do impacto do abuso sexual sobre a vítima, ou seja, quando a criança ou adolescente apresentam determinados sintomas e características como comportamento hiperssexualizado e coerência na narrativa, o que para as autoras não seria suficiente para a tomada de decisão, devendo-se fomentar um maior cuidado na peritagem, incluindo instrumentos avaliativos reconhecidos pela literatura especializada, uma vez que as decisões sobre estes casos, “frequentemente implicam em grande impacto na vida das crianças/adolescentes vítimas e suas famílias” (p.839).

Segundo Batista, More e Kremkel (2016), os fatores que influenciam os profissionais na tomada de decisão estão relacionado também à representação de

gênero, idade da criança ou adolescente, orientação sexual do agressor, tempo de experiência profissional, variáveis cognitivas e religiosas do profissional, o que torna relevante que o profissional se conscientize de tais vieses e desenvolva uma visão crítica de seu fazer profissional.

Há, como destacam Trablod, Caleiro, Cunha e Guerra (2016), uma falta de conhecimento dos profissionais, levando a uma insegurança e despreparo para lidar com questões de violência sexual. Neste aspecto, destaca-se a importância da formação continuada dos profissionais, principalmente acerca da diversidade afetiva e sexual, onde se encontra, ainda, como consideram Zerbinati e Bruns (2017), muita resistência e desconhecimento científico sobre os temas relacionados ao sexo, gênero, transgênero, travesti e transexuais etc.

A educação sexual, inclusive quando se trata da formação continuada de profissionais da saúde e da educação, é um investimento necessário para qualificar e desenvolver práticas científicas conscientes, éticas e humanas.

Terceira paragem: o olhar atento na interface com projetos de intervenção

A violência sexual é fenômeno presente na vida de muitos adolescentes. Seja no âmbito familiar, afetivo, sexual, profissional ou científico, destaca-se a importância de que os fatores de risco sejam expostos e haja um sério e permanente investimento de programas de combate e prevenção à violência sexual que atormenta o viver de tantos jovens, no mundo todo, como discutido por Murta *et al.* (2013) e Murta *et al.* (2016).

A família precisa ter clareza de sua vital função de criação e construção da vida. Neste sentido, o planejamento familiar poderá ser um aspecto primordial para a preparação de futuros pais e mães, independentemente da orientação sexual da parceria. Nossa sociedade prioriza a preparação de vários cursos, de jardineiros a frentistas, o que mostra que a demanda requisita pessoas que dominem técnicas específicas, todavia, não há cursos de preparação para ser pai e mãe.

No currículo da escola fundamental o planejamento familiar deve ser contemplado e vamos além: o projeto de vida do adolescente para vir a constituir família teria mais sentido e pertinência através de práticas dialógicas e amorosas em detrimento da violência. As políticas de educação e saúde em todas suas instâncias – como a federal, a estadual e a municipal – podem contribuir para a formação de profissionais formadores de opinião de modo a propiciar, apoiar, deflagrar nas

comunidades a valorização de seus próprios saberes de modo a modificar as características comunitárias a partir de seus processos de autogestão.

É imprescindível que o Estado também ofereça condições de saúde, educação e habitação para que a família possa desempenhar seu papel de modo suficientemente responsável. Estado, escola, saúde e família não podem se omitir no debate e no combate à violência sexual e de gênero.

A violência sexual é, muitas vezes, banalizada. Fechar os olhos para o problema cria condições favoráveis aos fatores de risco que poderiam ser evitados com sérios programas de intervenção, principalmente preventivos. A educação sexual a partir do diálogo, neste contexto, pode ser um instrumento potente de prevenção à violência sexual ao problematizar o sexismo, machismo, homofobia, hierarquia de gênero, naturalização dos papéis rígidos de gênero, *bullying*, *ciberbullying* e tantos outros aspectos que distanciam o ser humano de uma vivência emancipatória e de qualidade afetiva e sexual.

É preciso, também, falar do lugar que as políticas de educação e saúde pública brasileira ocupam de modo que estas políticas sejam perenes e responsáveis. Projetos populares e articulados nas Unidades Básicas de Saúde, investimento em parcerias com a escola e igrejas, criam projetos integrados de qualidade de vida de modo que o público sente que as relações podem ser afetuosas, porque, infelizmente, e em geral, a violência é o único recurso de linguagem que algumas famílias transmitem aos seus filhos/as.

Como compreendem Oliveira *et al.* (2016, p.10), “é necessário, portanto, um maior investimento de diversos setores – saúde, educação e mídia – no sentido de desenvolver ações voltadas para os adolescentes visando à desconstrução de estereótipos de gênero”. O Estado, a família, assim como a escola, a religião e a mídia precisam investir em diálogos reflexivos com ênfase na experiência dos adolescentes, abordando temas como a violência sexual e de gênero e demarcando elementos agressivos que muitas vezes são reproduzidos no cotidiano de forma desenfreada, naturalizados na sociedade, quando, na verdade, deveriam ser fortemente repudiados, pois causam sofrimento e reforçam modelos sexistas, machistas e homofóbicos, “formas tênues de oprimir através da cultura milenarmente exploradora e dominante” como destacam Tavares e Nery (2016, p.248).

Toda violência deve ser debatida e combatida em todos os espaços privados e nos públicos. O campo perverso da violência que atinge tantos jovens deve ser desvelado, discursos científicos e humanos devem ser amplamente difundidos a fim de fortalecer as estruturas familiares, educacionais, midiáticas, profissionais e políticas, possibilitando caminhos menos sofríveis e horizontes com condições favoráveis ao desenvolvimento humano e social.

Em vista desta abrangente realidade, reconhecemos serem necessárias a criação e a manutenção de estratégias de combate e prevenção a esta expressão agressiva e perversa que vem se espelhando na convivência entre os/as adolescentes.

Nota-se que é preciso uma ação conjunta entre as mais diversas instituições (escola, igreja, família...), com vistas a aplacar a intensidade da violência sexual e de gênero na família, pois é neste espaço privado que crianças e adolescentes aprendem as primeiras lições da prática da violência, seja quando observam a agressão entre os pais, seja quando as mesmas crianças e adolescentes são agredidos também. O jovem é um exímio aprendiz.

Discutir, monitorar e intervir no âmbito da violência na adolescência, principalmente no que se refere à violência sexual e de gênero, é movimento necessário para a criação e manutenção de estratégias de combate e prevenção à intimidação e à bestialidade.

As políticas de educação e saúde pública brasileira devem ter como foco a prevenção da violência que pode ocorrer com projetos de qualidade de vida, como já foi exposto anteriormente. Destacamos que as redes sociais que vêm desvelando seu poder de denunciar, criticar e sem dúvida poderão atuar com programas de prevenção da violência familiar. As redes de TV, os programas de rádio são espaços que podem agir na prevenção da violência familiar.

A violência não é um gene. É um vírus criado pela sociedade representada por todas suas instituições, instituições que se omitem de criar políticas educacionais e de saúde comprometidas com a qualidade de vida do adolescente, especialmente no interior das famílias, no espaço privado. E é neste espaço que a prevenção deve se instalar. Afinal, o diálogo e a negociação de situações conflituosas podem ser aprendidos.

Referências

- Assis, C. (2014). Entre tapas e beijos: representações sociais sobre a violência de gênero para adolescentes. *Psicologia & Saber Social*, 2(2),229-242.
- Batista, V., More, C. L. O. O., & Kremkel, S. (2016). A tomada de decisão de profissionais frente a situação de abuso sexual infanto-juvenil: uma revisão integrativa. *Mudanças*, 24(2),49-63.
- Bauman, Z. (1999). *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Braga, L. L., & Dell'Aglio, D. D. (2013). Suicídio na adolescência: fatores de risco, depressão e gênero. *Contextos Clínicos*, 6(1),2-14.
- Brancaglioni, B. C. A., & Fonseca, R. M. G. S. (2016). Violência por parceiro íntimo na adolescência: uma análise de gênero e geração. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 69(5),946-955.
- Brasil. (2015). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 13a. ed. Brasília: Edições Câmara.
- Bruns, M. A. T. (2016). A mídia e a adultização/erotização da infância e da adolescência. In: Leão, A. M. C., & Muzzeti, L. R. *Perspectivas, práticas e reflexões educacionais*. São Paulo: Cultura Acadêmica, pp.243-263.
- Murta, S. G., Moore, R. A., Miranda, A. A. V., Cangussú, E. D. A., Santos, K. B., Bezerra, K. L. T., & Veras, L. G. (2016). Efeitos de um Programa de Prevenção à Violência no Namoro. *Psico-USF*, 21(2),381-393.
- Murta, S. G., Santos, B. R. P., Nobre, L. A., Araújo, I. F., Miranda, A. A. V., Rodrigues, I. O., & Franco, C. T. P. (2013). Prevenção à violência no namoro e promoção de habilidades de vida em adolescentes. *Psicologia USP*, 24(2),263-288.
- Nasio, J. D. (2011). *Como agir com um adolescente difícil? Um livro para pais e profissionais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Oliveira, Q. B. M., Assis, S. G., Njaine, K., & Pires, T. O. (2016). Violência Física Perpetrada por Ciúmes no Namoro de Adolescentes: Um recorte de Gênero em Dez Capitais Brasileiras. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 32(3),e32323.
- Oliveira, R. N. G., Gessner R., Brancaglioni B. C. A., Fonseca R. M. G. S., & Egry E. Y. (2016). Preventing violence by intimate partners in adolescence: an integrative review. *Journal of School of Nursing USP*, 50(1),134-143.
- Organização Mundial da Saúde. (2014a). *Relatório mundial sobre a prevenção da violência de 2014*. Núcleo de estudos da violência da USP. Recuperado de: <http://nevusp.org/wp-content/uploads/2015/11/1579-VIP-Main-report-Pt-Br-26-10-2015.pdf>
- Organização Mundial da Saúde. (2014b). *Health for the world's adolescents: a second chance in the second decade*. Recuperado de: <http://apps.who.int/adolescent/second-decade/>
- Pelisoli, C., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Tomada de decisão de psicólogos em situações de suspeita de abuso sexual. *Temas em Psicologia*, 24(3), 829-841.
- Perucchi, J., Brandão, B. C., & Vieira, H. I. S. (2014). Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estudos de Psicologia*. 19(1),67-76.

- Reis, F., Ribeiro, P. R. M., & Leão, A. M. C. (2016). Gênero e homossexualidade na mídia: “pedagogias” da sexualidade em revistas direcionadas ao público juvenil. In: Desidério, R. (org.). *Sexualidade, educação e mídias: novos olhares, novas práticas*, Londrina: Eduep, pp.139-155.
- Relva, I. C. Fernandes, O. M., Alarcão, M., & Martins, A. Q. (2014). Estudo Exploratório sobre a Violência entre Irmãos em Portugal. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 27(2),398-408.
- Scabello, E. H., & Bruns, M. A. T. (2004). O mosaico da família atual: espelho da sociedade contemporânea. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, 15(2),133-139.
- Silva, D. G., & Dell'Aglio, D. D. (2016). Exposure to Domestic and Community Violence and Subjective Well-Being in Adolescents. *Paidéia*, 26(65),299-305.
- Tavares, A. C. C., & Nery, I. S. (2016). As repercussões da violência de gênero nas trajetórias educacionais de mulheres. *Revista Katálysis*, 19(2),241-250.
- Trabblod, V. L. M., Caleiro, R. C. L., Cunha, C. F., & Guerra, A. M. C. (2016). Concepções sobre adolescentes em situação de violência sexual. *Psicologia & Sociedade*, 28(1),74-83.
- Uman, L. S. (2011). Systematic Reviews and Meta-Analyses. *Journal of the Canadian Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 20(1),57-59.
- Waiselfisz, J. J. (2012). *Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil*. Rio de Janeiro: FLACSO Brasil. Recuperado de: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/MapaViolencia2012_Criancas_e_Adolescentes.pdf
- Zerbinati, J. P., & Bruns, M. A. T. (2017). Sexualidade e Educação: revisão sistemática da literatura científica nacional. *Revista Travessias*, 11(1),76-92.
- Zimerman, D. E. (2004). *Manual de técnica psicanalítica: uma re-visão*. Porto Alegre: Artmed.

Como referenciar este capítulo:

Bruns, M. A. T., & Zerbinati, J. P. (2018). Adolescência, gênero e violência (pp.23-36). In J. P. da Silva, A. Faro, & E. Cequeira-Santos (org.). *Psicologia e adolescência: gênero, violência e saúde*. Curitiba: CRV.